



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 07 de Fevereiro de 2020

Rondônia manda recolher livros de escolas e depois recua

Entre os 43 títulos considerados 'inadequados' estão clássicos de Machado de Assis e Mário de Andrade

BRUNO ALFANO
bruno.alfano@oglobo.com.br

A Secretaria de Educação de Rondônia mandou recolher 43 livros das escolas da rede pública estadual e depois voltou atrás. Entre as obras, estavam as de autores como Machado de Assis, Ferreira Gullar, Caio Fernando Abreu, Carlos Heitor Cony, Rubem Fonseca, Nelson Rodrigues, Franz Kafka e Edgar Allan Poe.

A decisão foi revelada pelo vazamento de um ofício interno assinado pelo secretário estadual de Educação, Suamy de Abreu.

— (O que houve é que) técnicos da secretaria estavam fazendo um estudo e, de repente, alguém entrou numa página e já publicaram — disse o secretário ao GLOBO.

RUBEM ALVES NAMIRA

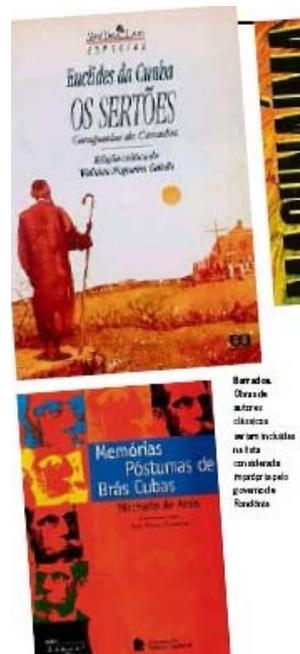
No ofício, o governo pede que os servidores “verifiquem os kits de livros paradidáticos encaminhados às escolas para compor o acervo das bibliotecas” e “procedam com o recolhimento dos mesmos imediatamente”.

A justificativa é a de que as obras contêm “conteúdo inadequado às crianças e adolescentes”.

A lista inclui títulos como “Memórias póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis; “A vida como ela é” e “Beijo no asfalto”, de Nelson Rodrigues; “Contos de terror, de mistério e de morte”, de Edgar Allan Poe; “O castelo”, de Franz Kafka; “Macunaíma”, de Mário de Andrade, “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, além de livros de Carlos Heitor Cony e 19 trabalhos de Rubem Fonseca. Há ainda a seguinte observação: “Todos os títulos de Rubem Alves devem ser recolhidos”. O autor é educador e teólogo, fundador da Teologia da Libertação.

O secretário chegou a afirmar ao site Rondônia Dinâmica que o documento era falso. O GLOBO confirmou, no entanto, que o ofício consta do Sistema Eletrônico de Informações (SIE), classificado como sigiloso.

O texto do ofício ressalta a importância de “estarem atentos às demais literaturas já existentes ou que chegam nas escolas para uso de atividades escolares, a fim de que sejam analisadas, e assegurados os direitos do estudante de usufruir do mesmo com a intervenção do professor ou sozinho sem constrangimento e desconfortos”.



Rondônia é governada pelo Coronel Marcos Rocha (PSL), alinhado com o presidente Jair Bolsonaro.

DEBATES MONITORADOS

Educadores do estado já haviam reclamado de ofício de setembro em que a secretaria de Educação determinou que qualquer realização de “debates, palestras, seminários” dentro das escolas da rede estadual só poderiam acontecer após autorização da pasta. A justificativa é a de que é preciso “avaliar a pertinência do tema proposto”.

— Qualquer tema de debate aqui tem que passar pela secretaria antes — afirma um professor, que não quis se identificar.

Estudantes encontram erro na lista de espera do Sisu

No terceiro protesto do ano contra falhas do MEC, candidatos dizem que site não registra inscrição para repescagem de vagas

BRUNO ALFANO
bruno.alfano@extra.inf.br

Candidatos que estão na lista de espera do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) relataram um novo problema no portal que distribui as vagas das universidades públicas brasileiras.

Eles reclamam que estudantes que colocaram apenas uma opção de curso e pediram para concorrer a uma vaga na lista de espera aparecem no sistema como se não tivessem manifestado interesse na repescagem.

A lista de espera é uma alternativa para candidatos que não conseguiram nota suficiente no Enem para garantir vaga no curso escolhido. Isso é possível porque parte dos candidatos aprovados acaba desistindo dos cursos, e as vagas são redistribuídas para a lista de espera. Mas, para concorrer, os candidatos precisam manifestar interesse em entrar na lista, e o prazo

para fazer esse registro já terminou.

Esta já é a terceira campanha dos estudantes nas redes sociais para chamar atenção do Ministério da Educação (MEC) para algum problema no processo. Primeiro foi o #erronoenem, depois veio o #erronosisu e agora surge o #erronalistadeespera.

Procurado pela reportagem, o MEC não respondeu até a conclusão desta edição. Também não respondeu aos candidatos que, por enquanto, não sabem se seu interesse na lista de espera está valendo ou não.

Enquanto não recebem uma resposta oficial, alguns estudantes usaram as redes sociais para indicar um caminho para provar a inscrição na lista de espera. Segundo eles, é preciso entrar no site do Sisu por meio de um desktop e gerar o PDF de comprovação da inscrição. O documento, entretanto, não garante que a inscrição esteja sendo levada em conta pelo sistema do site. O Sisu ofereceu 237.128 vagas em 128 instituições.

A turma de 2030

CLAUDIA COSTIN

Nesta semana, começaram as aulas na maior parte das escolas do país. Olho para o meu neto de 7 anos que, orgulhoso, ostenta uma mochila. Afinal, ele agora é aluno do 2º ano do ensino fundamental e tem diferentes livros didáticos para carregar! Dou-me conta, em seguida, que ele é da turma que se forma em 2030, data limite para que nossos compromissos com a educação de todos os brasileiros sejam cumpridos.

De fato, o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 4 estabelece que garantiremos, até lá, que todos os meninos e meninas terão assegurada uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, o que significa resultados de aprendizagem relevantes e efetivos e a conclusão do ensino médio. Isso não é uma tarefa menor: embora tenhamos avançado no acesso aos diferentes níveis escolares, somente 64% dos jovens concluem o ensino médio até os 19 anos. Além disso, os dados do Pisa, apesar de

pequenos avanços, ainda nos colocam numa posição bastante desafiadora quanto à aprendizagem.

E qualidade em educação não é escola com piscina ou parafernálias tecnológicas, qualidade é criança e jovem aprendendo, como bem colocou o texto do ODS 4.

Mas 2030 não nos cobra apenas o cumprimento de promessas, num país tão desigual como o nosso, em que educação poderia ter importante papel de equalizador de oportunidades. Traz também outros desafios, como o advento da inteligência artificial e a acelerada automação, que vêm substituindo postos de trabalho que demandam habilidades intelectuais por máquinas. Certamente outras ocupações serão criadas, mas para competências de nível mais sofisticado. A maneira como as pessoas interagem e trabalham está mudando muito rapidamente, colocando a colaboração no centro da cena. Nesse contexto, como podemos

preparar a turma de 2030 para tempos tão incertos?

De acordo com o relatório "The class of 2030", elaborado pela McKinsey e pela Microsoft, ocupações associadas a níveis escolares mais baixos terão uma redução nos Estados Unidos de mais de 11,5 milhões até 2030. De acordo com o texto, os postos que mais tenderão a crescer deverão requerer competências como resolução colaborativa de problemas, pensamento crítico e criatividade, outros 30 a 40% demandarão habilidades socioemocionais.

Infelizmente, as escolas brasileiras ainda não preparam bem sequer para o que já é demandado pelo mundo do trabalho, quanto mais para o que virá com a consolidação da 4ª revolução industrial. Para não acirrar a desigualdade, precisaremos pular etapas e oferecer uma educação de qualidade para todos, ajustada ao século em que vivemos. A turma de 2030 merece!

Mais formaturas, menos funerais

LUCIANO HUCK

“Rezo para que minha família um dia frequente menos funerais e mais formaturas.” As palavras ditas por Douglas, um morador de São Gonçalo (RJ), me chegaram aos ouvidos com o barulho e o impacto de um tiro. O pai de Douglas morreu baleado antes que Douglas tivesse nascido; a mãe dele foi assassinada quando ele tinha 11 anos. O primo, criado como irmão, teve o mesmo destino. Como tantas crianças, ele foi forçado a sair da escola para ajudar a avó que o criou para pagar as contas da casa.

Estávamos no alto da Favela do Quarenta, parte de um complexo de favelas batizado de Coruja, em São Gonçalo, no Rio de Janeiro. Depois de passar algumas horas com Douglas, me pareceu óbvio que ele é uma das vítimas da “loteria do CEP”. Mora em uma das cidades de maior desigualdade social, em um dos países de maior desigualdade social do mundo. Estatisticamente, serão necessárias mais nove gerações antes que alguém da vizinhança de Douglas ascenda à média da classe média.

Douglas não está sozinho. Como apresentador de TV, passei as últimas duas décadas vendo,

ouvindo e compartilhando as histórias de pessoas que vivem em favelas, em regiões remotas e em outras áreas degradadas. Como cidadão ativo e empreendedor social, estive e continuo procurando maneiras de contribuir para dar oportunidades e destravar o potencial de dezenas de milhões de brasileiros em situações de pobreza.

Desde que me entendo por gente, ouço piadas de que o Brasil é o país eternamente à espera de o futuro chegar. O maior obstáculo para esse avanço é a desigualdade, herança direta do colonialismo, da escravidão e de instituições e políticas excludentes —e legado do desdém cínico de uma elite pelos mais pobres. Embora sucessivos governos desde o restabelecimento da democracia, em 1985, tenham conseguido controlar a inflação, implantar políticas sociais e até mesmo reduzir a pobreza, a desigualdade teimosamente permanece alta. Pior: dados recentes mostram que, mesmo com a melhora da economia, a desigualdade voltou a aumentar, colocando em risco os tímidos avanços das últimas três décadas.

O principal culpado é o regime regressivo de impostos e a

concessão pouco criteriosa de subsídios que beneficiam, desproporcionalmente, justamente aqueles que mais têm. No Brasil, os milionários pagamos menos imposto sobre a renda e o patrimônio do que nos países democráticos mais desenvolvidos. Enquanto isso, o modelo impõe uma carga duríssima de impostos indiretos sobre os mais pobres.

Se o Brasil quer ter chances de baixar a desigualdade, precisa também de avanços drásticos na cobertura e na qualidade do sistema público de ensino básico. Os mais ricos têm o privilégio de pagar por escolas de ponta, enquanto crianças mais pobres, como o Douglas, têm acesso a um aprendizado de menor qualidade, e frequentemente têm de abortar sua vida escolar, reféns da violência e de pressões financeiras. É o que ajuda a explicar por que ainda temos 11 milhões de brasileiros com mais de 15 anos que mal sabem ler ou escrever.

O Brasil precisa desesperadamente melhorar as condições de ensino de suas 200 mil escolas públicas e torná-las mais eficientes. Em vez de construir e inaugurar prédios novos, o foco





deveria ser investir com mais critério, priorizando o treinamento e a promoção dos professores, ensino da primeira infância, continuidade com qualidade nos ciclos seguintes, valorização do ensino técnico e currículos antenados com o século 21. Avanços recentes no ensino, como no Ceará, Piauí e Espírito Santo, comprovam que um progresso rápido é possível.

O enfrentamento da desigualdade requer, ainda, uma rede de proteção mais ampla. Temos aproximadamente 43 milhões de brasileiros em condições de pobreza, e 13 milhões deles em situação de extrema pobreza. É o índice mais alto em sete anos. Inteligência artificial e tecnologias da informação, além de empenho administrativo, podem aperfeiçoar os serviços sociais mais velozmente e eficazmente.

Mas, para tudo isso, o país necessita de novas lideranças. Hoje, a maioria dos brasileiros se vê frustrada. Em 2013, bem antes de manifestações massivas tomarem as ruas no Chile e no Equador, o Brasil assistiu a uma de suas maiores ondas populares de protesto. A eleição presidencial de 2018, que levou ao poder Jair Bolsonaro e seu governo, revelou a extensão e a gravidade da insatisfação dos brasileiros. Com um ambiente tão polarizado, é natural que as opiniões se dividam sobre se Bolsonaro vai conseguir cumprir suas promessas de tornar o Brasil um país

melhor.

Para muitos da minha geração, a política ainda é vista como um negócio sujo, a ser evitado. Mas, olhando para trás, eu agora reconheço que erramos. Todos que não se envolveram também são responsáveis por esse ambiente divisionista e desesperançoso. A política não foi um ambiente atrativo para toda uma geração, participamos menos do que deveríamos.

Mas a minha geração e as novas não podem continuar alheias e aceitar as coisas como são. Este é o momento de o Brasil fazer um novo contrato social. O Brasil precisa de uma ampla coalizão política para enfrentar a desigualdade de oportunidades, replicando as boas experiências e as boas práticas, sejam elas da direita ou da esquerda. Principismo ideológico, irredutibilidade e aversão aos fatos não vão gerar políticas públicas eficazes para resolver os problemas mais graves e urgentes do país.

Precisamos de políticos e servidores públicos comprometidos, tecnicamente e eticamente capacitados para o trabalho. Mas a sociedade civil não pode lhes faltar. Em 2017, esses desafios me fizeram ingressar no Agora, um movimento cívico dedicado a mobilizar uma nova geração de líderes que prometeram dedicar pelo menos dois anos de sua vida ao serviço público. Logo depois ajudei a lançar o

RenovaBR, uma escola apartidária para treinar potenciais líderes políticos.

Em nossa primeira convocação, atraímos 4.600 interessados que nunca tinham se envolvido com a política. Eles foram cativados pela nossa proposta de “ser o candidato em que gostariam de votar”, independentemente de matizes ideológicas. Dos mais de 120 aprovados para se candidatar, 17 foram eleitos para cargos federais e estaduais em 2018. Na abertura da segunda e mais recente turma, desta vez para as eleições municipais, recebemos mais de 31 mil inscrições.

Novas lideranças apoiadas por grupos como Agora, RenovaBR e tantos outros relevantes movimentos cívicos proporcionam uma visão positiva e inspiradora de um Brasil mais aberto e plural. Estão focados naquilo que de fato importa: gerar oportunidades, diminuir o abismo entre ricos e pobres, fazer da política um ambiente ético e do Estado uma engrenagem mais eficiente.

Sigo torcendo e empolgado com o país. Se mirarmos a desigualdade com os instrumentos que já estão à nossa disposição, Douglas e milhões de crianças como um dia ele foi poderão frequentar mais graduações e menos funerais.

Luciano Huck
Apresentador de TV e empresário

Aras é cobrado por mudanças em escola do Ministério Público

Julia Chaib e
João Valadares

BRASÍLIA E RECIFE O conselheiro do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) Valter Shuenquener pediu ao procurador-geral da República, Augusto Aras, que se explique, em até 15 dias, sobre as mudanças que promoveu na ESMPU (Escola Superior do Ministério Público da União).

Shuenquener quer ouvir Aras antes de decidir se acata ou não pedido de liminar pela suspensão do ato que consolidou as alterações na escola.

No fim da noite de quarta-feira (5), o conselheiro decidiu indeferir “por ora” a solicitação de membros da escola para que ele suspenda a decisão de Aras.

Como mostrou a **Folha**, o procurador-geral da República mudou um estatuto e interrompeu os mandatos em exercício de 16 conselheiros e coordenadores de ensino da ESMPU.

O gesto, inédito no MPU, foi visto como autoritário por procuradores e integrantes da escola.

Na representação ao CNMP, órgão presidido pelo próprio Aras, conselheiros e coordenadores destituídos por ele argumentam que a atitude contrariou a lei que criou a escola ao ferir a autonomia do órgão e o estatuto interno da instituição.

O conselho é o órgão máximo e deliberativo tanto em questões acadêmicas quanto administrativas e orçamentárias da escola.

O chefe do MPF nomeou na terça (4) 16 novos conselheiros e coordenadores, englobando 8 suplentes, da escola, indicados pelos quatro ramos do MPU.

Ao mudar o estatuto interno da escola para fazer as alterações, Aras extinguiu a previsão de mandatos.

Pela norma anterior da instituição, porém, ele só poderia trocar os conselheiros e coordenadores se tivesse o aval do conselho administrativo da escola, o que ele não teve. Essa atitude também foi contestada na representação.

Relator do caso no CNMP, colegiado que avalia a conduta de procuradores, Shuenquener decidiu pedir o contraditório aos quatro braços do MPU “em razão da magnitude

do ato atacado, com a finalidade de melhor e mais preciso exame da questão”.

Além do Ministério Público Federal, Aras também comanda os chefes dos outros três ramos do MPU (Ministério Público da União) —Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

“Indefiro, por ora, os pedidos liminares formulados, sem prejuízo de sua imediata reapreciação após as informações a serem prestadas pelos requeridos”, escreveu o conselheiro na decisão.

Caso o relator rejeite em definitivo o pedido de liminar, a representação vai continuar tramitando no conselho e será posteriormente analisada pelo plenário do colegiado.

A **Folha** apurou que há ao menos dois dos 12 integrantes do órgão dispostos a contestar o ato de Aras. Outros conselheiros entendem, porém, que não será fácil o colegiado suspender uma decisão do próprio presidente.

Procurada, a assessoria da PGR afirmou que as alterações no estatuto promovidas por Aras “são oportunas por acontecerem num contexto de troca de liderança”.

O subprocurador-geral Paulo Gonet foi empossado diretor da escola na segunda (2).

Governo de Rondônia manda recolher 43 livros e depois recua

Paulo Saldaña e
Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA A Secretaria de Educação de Rondônia distribuiu nesta quinta-feira (6) um memorando e uma lista de livros para serem recolhidos das escolas por conterem o que foi definido como “conteúdos inadequados” a crianças e adolescentes. A pasta voltou atrás após questionamentos a respeito da medida.

A lista das obras censuradas inclui 43 títulos. São livros de autores consagrados como Caio Fernando Abreu, Carlos Heitor Cony, Euclides da Cunha, Ferreira Gullar, Nelson Rodrigues e Rubem Fonseca. Também fazem parte o livro “O Castelo”, de Franz Kafka, e “Macunaíma”, de Mário de Andrade, obra recorrentemente exigida em vestibulares.

A relação traz ainda uma observação: “Todos os livros do Rubem Alves devem ser recolhidos”. Morto em 2014, Alves escrevia sobre educação e questionava o formato tradicional da escola.

À Folha o secretário de Educação de Rondônia, Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu, afirmou inicialmente que o fato se tratava de “fake news”. Após ser confrontado com imagens desse processo no sistema da pasta, argumentou que não estava na secretaria ao longo da semana e que não tinha conhecimento da medida.

De acordo com ele, entretanto, não haverá recolhimento de obras nas escolas.

O governador de Rondônia, coronel Marcos Rocha, é filiado ao PSL, ex-partido do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). A expectativa é que Rocha acompanhe o chefe do Executivo do país em seu novo partido, o Aliança.

Bolsonaro e aliados insistem em afirmar que há doutrinação nas escolas do Brasil e nos livros didáticos e

paradidáticos. No início deste ano, o presidente declarou que os livros escolares têm “muita coisa escrita” e que é preciso “suavizar”.

A reportagem confirmou que o memorando e a relação de livros de Rondônia são documentos oficiais. Os memorandos foram encaminhados a coordenadores regionais de Educação do estado e o processo ainda consta no sistema de processos da Secretaria de Educação de Rondônia.

Imagens dessa lista também passaram a ser divulgadas pela internet, e a secretaria tornou o processo secreto às 14h11 desta quinta-feira, conforme registro do sistema. Em seguida, no meio da tarde, a Coordenação Regional de Educação da pasta encaminhou uma nova mensagem para os coordenadores abortando o recolhimento dos livros.

“Missão de recolhimento dos livros abortada. Caso façam contato com vocês sobre o tema, por favor, peçam que entrem em contato com a CRE [Coordenação Regional de Educação]”, informou a mensagem da secretaria.

O memorando-circular 4/2020 tem o nome do secretário de Educação, mas é assinado eletronicamente pela diretora-geral de educação, Irany de Oliveira Lima Moraes.

O memorando ressalta a importância de os educadores “estarem atentos as demais li-



(...) ressaltamos a importância de estarem atentos as demais literaturas já existentes ou que chegam (...), a fim de que sejam analisadas e assegurados os direitos do estudante de usufruir do mesmo com a intervenção do professor ou sozinho sem constrangimentos e desconfortos. Solicitamos que após o recolhimento dos livros pela CRE, os mesmos sejam entregues (...)

trecho da circular






GOVERNO DO ESTADO DE
RONDÔNIA
Secretaria de Estado de Educação - SEDUC

Memorando-Circular nº 4/2010/SEDUC-062
Às Coordenadorias Regionais de Educação CRE do Estado de Rondônia.

Assunto: Recolhimento de Livros

Senhores Coordenadores,

Solicitamos aos senhores que verifiquem nos kits de livros pedagógicos encaminhados à escola para compor o acervo das bibliotecas, os livros relacionados no Anexo (ID 10251029), e procedam com o recolhimento dos mesmos imediatamente, tendo em vista conterem conteúdos inadequados às crianças e adolescentes.

Na oportunidade, ressaltamos a importância de estarem atentos, as demais bibliotecas já existentes ou que chegam nas escolas para uso nas atividades escolares, a fim de que sejam analisadas e assegurados os direitos do estudante de usufruir do mesmo com a intervenção do professor, os mesmos sem constrangimentos e desconfortos.

Solicitamos que após o recolhimento dos livros pela CRE, os mesmos sejam entregues ao Núcleo de Livro Didático/SED/ROG/SEDUC.

Atenciosamente,

SIMMY VIVECANANDA LACERDA DE ABREU
Secretária de Estado de Educação de Rondônia

 Documento assinado eletronicamente por SIMMY DE OLIVEIRA LACERDA DE ABREU, em 09/03/2010, às 11:09, conforme protocolo oficial do Brasil, com fundamento no artigo 3º caput e sua 1ª e 2ª, do Decreto nº 24.720, de 21 Abril de 2010.

**Memorando
sobre livros
a serem
recolhidos
em Rondônia**
Reprodução

teraturas já existentes ou que chegam nas escolas” de modo que “sejam analisadas e assegurados os direitos do estudante de usufruir do mesmo com a intervenção do professor ou sozinho sem constrangimentos e desconfortos”.

A Folha solicitou detalhes à secretaria de Educação de Rondônia e também ao governo. Não houve resposta até o fechamento desta edição.

O secretário de Educação de Rondônia ressaltou à reportagem que qualquer determinação sai de seu gabinete, mas que não faz ideia como esses documentos acabaram parando no sistema de processos da secretaria.

“Mesmo assim vou na semana que vem avaliar o que realmente ocorreu”, afirmou Vivecananda Lacerda de Abreu.

MORTE DE PROFESSOR » Perícia confirma envenenamento



"Vamos montar o quebra-cabeça. Estamos investigando possíveis envolvidos, mas ainda vamos escutar mais pessoas" Laércio Rossetto, delegado-chefe da 2ª DP

Análises dos institutos de Medicina Legal e de Criminalística encontraram a substância proibida aldicarbe, um raticida, na corrente sanguínea e roupas de Odailton Charles. Polícia ouviu possíveis envolvidos, mas não os trata como suspeitos

» SARAH PERES
» WALDER GALVÃO

O professor Odailton Charles de Albuquerque Silva, 50 anos, morreu após ser envenenado pela substância proibida aldicarbe, encontrada em raticidas, como o chumbinho. A confirmação veio após análises de

amostras de sangue e das roupas do docente, usadas em 30 de janeiro, dia em que ele começou a passar mal. Os exames foram realizados por equipes dos institutos de Medicina Legal (IML) e de Criminalística (IC). Agora, investigadores da 2ª Delegacia de Polícia (Asa Norte) buscam elucidar quem estaria envolvido no caso. O docente morreu na terça-feira e, ontem, foi sepultado no Cemitério Campo da Esperança da Asa Sul.

Especialistas do IML começaram a analisar as duas ampolas de sangue de Odailton Charles na segunda-feira, antes da morte dele. Os materiais foram extraídos em 30 de

janeiro e no último sábado por profissionais do Hospital Regional da Asa Norte (Hran), onde o professor ficou internado em estado gravíssimo por cinco dias.

A suspeita inicial de médicos do Hran era de que Odailton Charles teria sido envenenado por um tipo de organofosforado, substância presente em inseticidas, agrotóxicos e em veneno de rato. No entanto, o uso do composto foi descartado. "O professor estava com as pupilas dilatadas, diarreia, salivagem excessiva e perda de consciência. Assim, chegou-se à possibilidade de envenenamento. Analisamos as duas amostras, e a do dia 30 de janeiro deu positivo para aldicarbe, substância usada em raticida e que tem venda proibida, justamente pelo efeito letal. Uma pequena dose dela pode levar ao óbito de forma rápida", explicou a diretora do IML, Márcia Cristina dos Reis.

De acordo com Hugo Ricardo Valim de Castro, diretor adjunto do IML, a amostra sanguínea de 1º de fevereiro não tinha traços do aldicarbe. "Mas a variação é esperada, uma vez que a própria literatura (médica) estabelece que pelo menos 90% da substância é eliminada do organismo de três a quatro dias. Portanto, isso não interfere no resultado da primeira análise", destacou.

Um segundo exame, realizado





por peritos do IC, também corroborou para o resultado de envenenamento. A análise foi feita nas roupas usadas por Odailton Charles em 30 de janeiro, as quais foram entregues pela companheira dele, Priscilla Santana de Lima Albuquerque, 39, à 2ª DP.

Suco de uva

Um ponto crucial na investigação do caso é o relato que Odailton Charles fez para uma amiga, por meio de áudio do WhatsApp. Em uma primeira mensagem, com mais de dois minutos, ele disse ter sido recebido de forma hostil por uma colega de trabalho no Centro de Ensino Fundamental (CEF) 410 Norte. “Quase que ela não me deixou entrar na escola. (...) A mulher estava com ódio nos olhos. Depois, ela me chamou na salinha para assinar a folha de ponto e me deu uma garrafinha de suco de uva. Levei até um susto. Eu não ia tratar ela mal, não. Não ia ser deslegante. Fiquei meio receoso, mas tomei. Agora, estou sentindo uma dor de barriga. (...) Estou com medo”, narrou o professor.

Poucos minutos depois, Odailton Charles mandou uma nova mensagem, mas com uma suspeita mais grave quanto à servidora pública: “Será se ela me envenenou? Ela esperou todo mundo sair para almoçar. Sinceramente, estou até com medo de ligar para a minha mulher e deixá-la apavorada, coitada. Estou passando mal mesmo.

Ela colocou algum purgante aqui”.

Segundo o diretor do IC, Emerson Pinto de Souza, os exames deram positivos para a presença de aldicarbe e de um relaxante muscular. “Também buscamos vestígios de suco de uva na roupa, mas não encontramos. Mas isso não quer dizer que Odailton Charles não consumiu a bebida”, afirmou.

A perita-criminal Flávia Pine Leite destacou que “não tinha como fazer a relação do vômito nas vestes com um alimento ou bebida específica”. “Não havia restos alimentares ou líquidos nas vestes. Era um vômito mais líquido, o que é comum. Mas a presença da substância no vômito indica que Odailton poderia ter ingerido o aldicarbe por via oral”, pontuou.

Para o delegado Laércio Rossetto, chefe da 2ª DP, a falta de prova técnica do suco de uva nas roupas do professor não afasta a possibilidade de ele ter consumido o líquido. “O próprio Odailton relatou a uma amiga, antes de morrer, que teria ganhado essa garrafa de suco. Levamos muito a sério esses áudios e estamos apurando a informação a fundo”, frisou.

Possíveis envolvidos

Laércio Rossetto afirmou investigar possíveis envolvidos no caso. A servidora citada por Odailton Charles, em áudio, prestou esclarecimentos na 2ª DP duas vezes.

“Nós a ouvimos e ela foi firme em dizer que não ofereceu suco ao professor. Testemunhas escutadas até o momento também afirmaram não terem visto Odailton tomar a bebida. Isso não quer dizer que ele não tenha bebido. As investigações continuam, muitas pessoas ainda serão ouvidas”, salientou.

Para o investigador, as provas científicas dos institutos de Medicina Legal e Criminalística, assim como a narrativa de pessoas que estavam no CEF 410, é de que o envenenamento ocorreu na instituição. “A tese é de que teria ocorrido no ambiente escolar. Uma pessoa o viu ir ao banheiro e, ao retornar, já estava passando mal. Depois, a situação se agravou, até ele ser socorrido ao Hran”, explicou.

“Vamos montar o quebra-cabeça. Estamos investigando possíveis envolvidos, mas ainda vamos escutar mais pessoas, incluindo três policiais militares, que por um acaso estavam na escola quando Odailton chegou, e os bombeiros que atuaram no socorro. Até o momento, temos o celular da vítima apreendido e de mais uma pessoa”, acrescentou o delegado.

Rossetto irá pedir à Justiça liberação para analisar os aparelhos telefônicos, a fim de buscar novas provas. O investigador também destacou que, caso veja necessidade, irá realizar a apreensão de outros celulares.





Cronologia

30 de janeiro

Odailton Charles vai ao CEF 410 Norte para entregar a gestão dele como diretor. Ao chegar, reúne-se com uma servidora. Ele teria recebido uma garrafa de suco de uva da colega e consumido o produto, segundo narrou em áudio a amigos. Em seguida, passa mal e é levado ao Hran. Médicos analisam o quadro e acionam a PCDF. A mulher do professor, Priscilla Santana, registra ocorrência na 2ª DP.



31 de janeiro

Priscilla retorna à delegacia para prestar depoimento e entrega uma bolsa térmica com gelo, contendo as roupas usada pelo marido quando ele passou mal. A mulher também mostra os áudios enviados por Odailton Charles.

1º e 2 de fevereiro

Odailton Charles continua internado em estado grave no Hran. Agentes da 2ª DP escutam testemunhas do caso e solicitam que peritos do IML colem material biológico do professor para fazer um exame toxicológico.

3 de fevereiro

As amostras de sangue de Odailton Charles são entregues pelo Hran ao IML. Peritos começam a analisar o material. Especialistas também fazem um exame toxicológico do professor. Peritos do IC começam a examinar as roupas do docente.

4 de fevereiro

O professor morre no Hran e o corpo é encaminhado para necropsia. Investigadores da 2ª DP solicitam imagens de câmeras de segurança da escola.

5 de fevereiro

Peritos do IC acompanham agentes da 2ª DP até o CEF 410 Norte. Fica confirmado que as câmeras de vigilância não estavam funcionando havia algum tempo. IML finaliza a coleta para a necropsia.

Apoio ao impeachment de Weintraub

O deputado Israel Batista (PV-DF) foi o único parlamentar de Brasília a apoiar abertamente o pedido de impeachment do ministro da Educação, Abraham Weintraub. Professor, o deputado está no grupo de defende o afastamento por crime de responsabilidade, pelos erros de correção do Enem e por ter atendido o pedido de um apoiador do Twitter para que a prova da filha fosse corrigida novamente.

ANARQUIA GERENCIAL

Visitas de avaliação de curso às universidades, a fim de classificá-las no ranking, não estão ocorrendo porque o MEC agenda, confirma, mas esquece de comprar passagem dos avaliadores.